

Governo atrapalha em vez de regular

88
Pais de alunos, professores e empresários da educação vivem trocando acusações, mas num ponto todos concordam: o caos instalou-se no ensino privado pela mão do governo, que a partir do Plano Cruzado passou a emitir decretos desconexos, tumultuando — mais que regulando — as atividades do setor.

“O governo deveria sair da jogada e deixar que as escolas e as comunidades acertassem seus preços”, diz a professora Hebe Tolosa, presidente da Associação dos Pais de Alunos de São Paulo. Paulo Cardin, vice-presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, concorda integralmente. “O governo tem que cuidar do ensino público, que está abandonado, e permitir que as escolas privadas acertem seus preços livremente com os pais.”

As 200 reclamações contra abusos na mensalidade registradas no Conselho Estadual de Educação de São Paulo, somente este ano, desvelam, porém, um processo mais profundo que uma simples queixa comum contra o governo.

“A classe média perdeu poder de compra e está tendo dificuldades em pagar as mensali-

dades de que as escolas necessitam para manter o padrão de ensino”, acredita Acelino Scalquete, diretor pedagógico do colégio Rio Branco, de São Paulo.

Entre 1985 e 1988 — segundo levantamento realizado pelo professor Luiz Cassimiro — as escolas particulares de 2º Grau aumentaram em 25% sua clientela. Em 85, elas abrigavam 42,32% dos secundaristas brasileiros. No ano passado, já atendiam 52,6%. Este período, porém, coincide com o da estagnação de salários provocada pelo desaquecimento da economia — e isso explica parte da dificuldade dos pais em pagar mensalidades.

A solução para o impasse, segundo Cardin, encontra-se na liberdade para as escolas estabelecerem seus preços, acompanhada de uma política governamental de investimento nas escolas públicas. Do outro lado do balcão, os pais concordam, mas fazem uma exigência: que as negociações entre pais e escolas sejam descentralizadas e não intermediada pelos sindicatos patronais. Segundo Hebe Tolosa, as organizações patronais têm demasiado poder de pressão.



Hebe Tolosa: “O governo deve sair da jogada”

AE/Arquivo